

A DISPUTA POLÍTICA NO CAMPO DAS REPRESENTAÇÕES

THE POLITICAL DISPUTE IN THE AREA OF REPRESENTATIONS

Odete Valverde Oliveira Almeida

Mestre em História pela UFMG

Professora da FIC

odete@acessa.com

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar uma breve discussão sobre o conceito de representação e o seu uso da história política, enfocando a disputa pelo poder. Para tanto, elegemos como objeto de estudo, a disputa entre dois chefes políticos, de famílias rivais, numa cidade do interior mineiro: Cataguases. Verificamos que essa disputa extrapolou o campo eleitoral e estendeu-se ao campo das representações. Isso pode ser observado através dos discursos proferidos por ambos, encontrados nos jornais locais e em processos envolvendo os chefes em contenda.

Palavras-Chave: *representações, famílias rivais, disputa local.*

ABSTRACT

The objective of this work is to present a short discussion about the concept of representation as well as the use of such concepts of the political history, with focus on the dispute for power. The selected object for this study was the dispute between two political leaders, from rival families in the City of Cataguases in the Inlands of the State of Minas Gerais. We found out that their rivalry went beyond the electoral area and extended to the area of the representations. We could observe this condition through the speeches of both contenders, published on local newspapers and registered on legal issues related to these leaders.

Key words: *representations, rival families, local disputes.*

A proposta deste trabalho é apresentar uma breve discussão sobre o conceito de representação e o seu uso da história política, enfocando a disputa pelo poder. Para tanto, elegemos como objeto de estudo, a disputa entre dois chefes políticos, de famílias rivais, numa cidade do interior mineiro: Cataguases. Verificamos que essa disputa extrapolou o campo eleitoral e estendeu-se ao campo das representações. Isso pode ser observado através dos discursos proferidos por ambos, encontrados nos jornais locais e em processos¹ envolvendo os chefes em contenda.

Inicialmente procuramos discutir o conceito de representação utilizando alguns autores que abordam o tema. Em seguida pretendemos mostrar a representação que cada chefe político criava para si mesmo e para seu adversário e como se utilizam dessas imagens para seduzir e cooptar seus eleitores, ou seja, como se dava o embate político no campo das representações. Finalizando, buscamos abordar uma atual discussão entre o conceito de representação e a sua ligação com o real, tendo em vista o objeto que propomos analisar.

REPRESENTAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Falcon define o termo representação como “fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo que uma idéia, por intermédio da presença de um objeto.”² Sendo assim, “representar” dá uma idéia de substituição, de estar no lugar de, passa a idéia de exposição e ocultamento: algo se expõe no lugar de alguma coisa ou alguém que está oculto. A relação entre o que é exposto – a representação – e o que está oculto – o representado – é de semelhança, mas não de reflexo perfeito. Ou seja, a representação remete ao objeto representado, permitindo identificá-lo e reconhecê-lo, mas não é uma “cópia fiel do real” e sim uma “construção feita a partir dele.”³ Isso porque a representação se processa no campo do imaginário, é portadora de símbolos e carrega “sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam

como naturais, dispensando reflexão.”⁴ Os símbolos atuam no inconsciente agindo sobre as emoções e os sentimentos, por isso, como nos mostra Pesavento, a força da representação não está na sua capacidade de reproduzir o real tal como ele é e sim na sua capacidade de produzir o reconhecimento, a mobilização e a legitimidade social. A representação, portanto, encontra-se relacionada à credibilidade e não à veracidade.

Os homens, em todos os tempos, sempre sentiram necessidade de não só compreender a realidade em que vivem, como também de dar-lhe um sentido e representá-la de alguma forma. Entre as formas utilizadas pelos grupos sociais para representar o mundo “real” estão os símbolos e as imagens. Os símbolos são um tipo de signo mais elaborado, que possuem uma convencionalidade e carregam um sentido, não em si mesmo, mas atribuído por um grupo que partilha dos mesmos valores e sentimentos. Os símbolos podem ser um objeto, como uma bandeira, um escudo ou um brasão, ou até mesmo uma pessoa, que pode se tornar um símbolo e, ao se tornar um símbolo vira um mito. Isso é comum na esfera política, um exemplo é Prestes que se tornou um símbolo para os comunistas.⁵

É justamente esse aspecto de identificação que distingue a imagem dos símbolos. Enquanto o símbolo é convencional, a imagem identifica-se com o objeto representado. Isso significa que uma imagem pode ser um símbolo para um grupo e não o ser para outro. As imagens, tanto podem ser figuradas, iconográficas, como não figuradas. Neste caso, temos como exemplo as palavras, os discursos, enfim, as práticas lingüísticas. Se a imagem é uma construção do mental, resultante do ato de pensar, as palavras permitem construir uma imagem de um objeto ou de uma determinada realidade. A linguagem é, portanto, uma forma de representação.

Segundo Weber, a vida social é produtora de um sistema de representações que a traduz e lhe fornece sentido. Para ordenar e dar sentido a sua vida social, os homens criam valores e normas, através dos quais passam a pautar a sua conduta. Por meio de suas

representações e imaginário, uma sociedade “estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais”.⁶ Ou seja, uma sociedade se organiza através das representações que cria de si mesma. É a representação que distribui o poder e a hierarquia, que determina o que acreditar, o que sentir e o que pensar. De acordo com Pesavento, quem tem o poder de criar símbolos e imagens, de “dizer e fazer crer sobre o mundo, tem o controle da vida social” e impõe a sua maneira de ver o mundo, propõe “valores e normas” e autoriza “os comportamentos e papéis sociais”.⁷

Muitos autores que tratam do tema, relacionam representação e poder. As representações, além de permitir aos indivíduos se comunicarem, dar um sentido ao mundo e fazer com que os homens percebam esse mundo, é também uma força integradora da vida social, já que cria um sentimento de identificação e identidade. Há, portanto, uma relação estreita entre poder e representação. O poder procura controlar as representações no intuito de atingir o imaginário coletivo e manipular as multidões. Uma vez que as representações permitem aos indivíduos se reconhecerem como pertencentes a uma mesma sociedade, permite também nortear a sua relação com essa sociedade e suas instituições. Isto é, permite criar laços de identificação, unindo os indivíduos ou grupos sociais em torno de algo que lhes é comum. A força das representações reside, portanto, na sua capacidade de mobilização.

As representações permitem ainda a legitimação do poder. Sabemos que o poder precisa construir ou “inventar” uma legitimidade para lhe dar a sustentação necessária. O poder para impor-se necessita, não só da força, mas principalmente, de mostrar-se legítimo. Precisa criar um discurso legitimador e para isso recorre ao universo do imaginário e do simbólico, isto é, das representações. “As relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e poderio (...) exercem-se através de diferentes sistemas de representações coletivas nos quais fundamenta a legitimidade dos respectivos poderes.”⁸ Isso significa que o poder não prescinde das representações, pelo contrário, se utiliza delas para impor-se e legitimar-se.

Lynn Hunt também estabelece essa ligação enfatizando o uso da linguagem. Para a autora, a prática lingüística pode ser um instrumento ativo de poder, ou até mesmo constituir-lo, em vez de simplesmente refletir a realidade social. A linguagem política pode ser usada retoricamente para criar um senso de comunidade e estabelecer novos campos de luta social, política e cultural. A autora, analisando o discurso revolucionário francês, constata que “as palavras não refletiam apenas a realidade social e política; eram instrumentos de transformação da realidade.”⁹

Portanto, nas lutas pelo poder, ou pela sua manutenção, as elites políticas não dispensam o uso das representações, com seu conjunto de imagens e símbolos, para atingir a sensibilidade das massas e manipulá-las. Nesse contexto, a linguagem ocupa um papel central. Os discursos são utilizados como instrumentos eficazes para exaltar os ânimos da população, polarizar a disputa política, mistificar os conflitos e estigmatizar a oposição como símbolo do mal.

Situamos aqui o nosso objeto. Na disputa pelo poder político, os dois chefes locais, Pedro Dutra e Manoel Peixoto, utilizavam-se também das representações, criando, através dos discursos que proferiam, uma imagem de si mesmo e de seu adversário. Essas imagens serviam de ferramentas capazes de “tocar” os eleitores, sensibilizando-os e cooptando-os, cada um, para o “seu lado”.

AUTO-REPRESENTAÇÃO

Trabalhador incansável, sério, austero, honesto, justo, digno, patriota, cívico, idealista, lutador, justo, bondoso, abnegado, tolerante, sereno, mas enérgico e decidido nos momentos necessários. Homem de elegância moral e espírito de sacrifício exigido a quem exerce um cargo público. Forte em suas convicções e seu credo. Corajoso e tenaz, capaz de enfrentar os poderosos em defesa do interesse público, por isso possui a consciência limpa: “Entre o dilema de renunciar ao dever ou criar inimigos poderosos que

juraram derrubar-me, optei pelo exato cumprimento do dever”.¹⁰

Essas são algumas das qualidades, pertinentes à personalidade do chefe político, através das quais Pedro Dutra, em seus discursos, projetava ao público uma imagem de si mesmo. Podemos observar que o chefe reúne em si, qualidades de cristão e homem público. Mais do que isso, qualidades de um nobre: honra, bondade, coragem, justiça.

A essas qualidades pessoais, soma-se a lealdade partidária: aliancista desde o início, sempre foi devoto defensor de Olegário Maciel e Antônio Carlos, lutou com eles na Revolução de 1930 e contra São Paulo em 1932, defendeu-os “nas urnas, na imprensa e na praça pública”.¹¹ Lealdade, fidelidade, correção partidária, outros adjetivos que se acrescentam à sua personalidade.

Pedro Dutra se auto-representa ainda como democrata e cumpridor da lei. Em seus discursos sempre se coloca como defensor do voto livre, da igualdade de direitos, da liberdade, da tolerância e do respeito. Retrata a cabine eleitoral como “templo sagrado”, voz da consciência. Reitera constantemente sua crença nas urnas, onde o povo soberano, seleciona os mais capazes, os que promovem o bem coletivo e cuja decisão deve ser respeitada. Afirma ser incapaz de realizar um ato sequer de violência ou perseguição e se diz tolerante e liberal por permitir que se edite e circule boletins da oposição pela cidade, assegurando a liberdade de imprensa e expressão.

Quanto à lei, Pedro Dutra afirma exercê-la em todos os seus atos e que todos devem cumpri-la. Defensor do direito e da justiça, cortou a regalia dos potentados e se refere à lei como um instrumento que iguala a todos: pobres e ricos; patrões e empregados. Demonstra também uma grande preocupação com a legalidade de seu mandato – lembrando que exerce o cargo como prefeito nomeado, em 1931, já que ainda não havia eleição para o mesmo. Frisa por inúmeras vezes que possui o apoio da população, o reconhecimento, o prestígio e a idolatria do povo, que o elevou ao cargo. Sempre se coloca sob julgamento do “júri popular”, através do qual procura legitimar o

seu poder. A opinião pública, segundo ele, é um juiz infalível. Ressalta sempre a “transparência” de sua administração: sua atuação política sempre foi feita às claras, aos olhos de todos, inclusive de seus adversários. Seu último ato enquanto prefeito foi a prestação de contas diante daqueles que lhe confiaram o mandato, demonstrando elegância moral e honradez. Coloca a escrituração da prefeitura à disposição de qualquer pessoa que queira consultá-la. Trata-se de uma escrituração organizada, não permitindo o desvio de um real sem se saber onde e como ele foi empregado.

Ao lado de democrata e cumpridor da lei, o chefe se retrata também como “protetor dos pobres”. Vive em seu meio, escuta-os, comunga com suas preocupações, desce à morada dos pobres para ouvir, ver e atender suas reivindicações e tudo faz para aliviar seu fardo. Não há na história do município chefe político que mais vise o bem estar dos pobres. Sempre sai em defesa dos operários explorados pelos seus patrões e garante que “a lei que protege e ampara os direitos dos operários dentro em breve será cumprida aqui, quer queiram ou não os magnatas”.¹² A preocupação com o social é uma marca de sua administração.

Uma outra imagem projetada por Pedro Dutra em seus discursos é a de progressista. Ressalta sempre sua atuação no município como impulsionadora do desenvolvimento e da economia. Uma administração fecunda, de intensa operosidade, próspera, intensificadora da vida comercial e de incalculáveis serviços à comunidade. Se auto-representa como o “maior construtor que Cataguases já teve”,¹³ aquele que tem transformado o município, numa cidade moderna, higiênica, ampla e alegre. Exemplo de febril evolução, trabalho árduo e silencioso que colocou em prática planos de remodelação da cidade em todos aspectos de suas atividades, conjugando esforços, apagando as dificuldades, reunindo energias, persuadindo e convencendo. Edificar, renovar, realizar, transformar, são os verbos mais conjugados. Rodovias disseminam-se prodigiosamente, postos higiênicos, escolas, salubridade, embelezamento da cidade, nivelamento de ruas, enfim, a transformação do velho

aspecto da cidade, proporcionando o conforto e as exigências da vida moderna.

Contudo, sua imagem mais forte, mais contundente e elaborada, principalmente na primeira fase de sua administração, no início dos anos 1930, é a de “defensor do patrimônio público” contra os mesquinhos interesses privados. Pedro Dutra se auto-intitula “apóstolo do bem público”.¹⁴ “A personalidade invulnerável do atual administrador advoga tão somente as causas que redundam aos interesses da coletividade cataguasense. Daí o conflito com aqueles que visam o interesse pessoal.”¹⁵ Lembra que às vezes, o bem particular precisa ser sacrificado em benefício do bem geral, sendo necessário tomar medidas que ferem a interesses pessoais, mas que são requeridas pelo serviço público, por gerar o bem da coletividade. Lembra também que os negócios públicos pertencem à coletividade, ao público em geral e a ninguém em particular e a função do prefeito é cuidar e zelar pelo patrimônio público, que constitui um bem inalienável. Esse discurso aparece nos jornais e nos dois processos cíveis de ação possessória movidos contra ele, em 1931 e 1932. No primeiro processo¹⁶, onde é acusado de demolir um prédio particular, portanto, de invasão de propriedade, Pedro Dutra argumenta em sua defesa que o terreno onde está situado o prédio é um patrimônio municipal e recorre às origens do município para sustentar sua argumentação. O terreno foi doado a Guido Marlière para que nele fosse fundado um povoado, sendo, portanto, um patrimônio demarcado e de natureza puramente civil. Marlière delimitou as ruas do povoado, estabelecendo condições gerais para edificações e que assim sendo, o prédio demolido está edificado numa posse da prefeitura e pertence ao patrimônio municipal. No segundo processo¹⁷, onde o prefeito é novamente acusado de invasão de propriedade, Pedro Dutra usa o mesmo discurso anterior, ou seja, de defesa do patrimônio público. Argumenta que o terreno foi doado para ser uma praça para uso perpétuo do povo, na qual não se poderá edificar coisa alguma de uso particular e cita trechos do artigo 66 do código civil, onde se lê que os bens de uso comum do povo, tais como ruas e praças,

pertencem a todos. O proprietário desses bens é a coletividade, o povo. À administração pública está confiada sua guarda. Pedro Dutra alega que os bens de uso comum são imprescritíveis e inalienáveis. Estão fora do comércio, não são objetos de negócio, não podem ser vendidos, nem doados, nem cedidos de forma alguma, por pertencerem perpetuamente ao povo, e à prefeitura incumbe a guarda e a gestão das vidas públicas. Mais uma vez cita a lei: compete aos prefeitos “V – Gerir cuidadosamente o patrimônio municipal, conservando-o e melhorando-o”.¹⁸

Podemos perceber claramente a postura de “defensor dos interesses públicos” e de “cumpridor da lei” que se arroga Pedro Dutra. Aliás, essas duas imagens andam lado a lado. Como um homem que presa a lei, recorre sempre a ela na defesa do bem público. Daí estar com a “consciência tranqüila” e a certeza do que está agindo com correção e justiça, pois está do lado da lei e esta do seu lado.

Esta auto-representação de “justiceiro”, de homem público que coloca os interesses coletivos acima do privado, de homem da lei, somados a sua postura política leal e democrática e ao seu caráter honesto, bondoso e corajoso, capaz de desafiar os poderosos em prol dos interesses do povo e dos mais humildes, nos recorda a idéia do “mito Salvador”, do “chefe Redentor”, cuja imagem está associada aos símbolos de purificação, ao herói que liberta, que “corta os grilhões”, que “faz recuar as forças más”.¹⁹ Para seus contemporâneos, Pedro Dutra passava essa imagem e muito de seus feitos atravessaram gerações e ainda vive no imaginário das pessoas que o conheceram, ou que simplesmente cresceram ouvindo histórias a seu respeito.²⁰ Contudo, essa imagem de “herói popular” não foi alimentada no cenário público, através das liturgias políticas. Neste caso, o mito que começou a ser construído em torno de sua figura não encontrou o respaldo no rito, necessário para reproduzi-lo, e acabou sendo abortado. Todavia, esse é um pressuposto que precisa ser melhor explorado, necessitando para tanto, maiores pesquisas, o que ultrapassaria os limites dessa dissertação. O que pretendemos neste capítulo, é tão somente, demonstrar

a força das representações e como elas atuam no imaginário coletivo.

A REPRESENTAÇÃO DO “OUTRO”

Estamos lidando com uma disputa política, com uma luta entre poderosos contendores locais. Como já ressaltamos, essa luta ultrapassou o campo eleitoral e se efetuiu também na esfera das representações e dos discursos. Isso que dizer que se Pedro Dutra construiu uma imagem de si mesmo, obviamente positiva, por outro lado, construiu uma imagem oposta de seu adversário, obviamente negativa. Todas as qualidades que toma para si, endereça o seu oposto aos seus contendores, numa espécie de dialética constante. Sendo assim, caracteriza seus adversários políticos como caluniadores, mentirosos, invejosos, covardes, injustos, pequenos, medíocres, difamadores, corruptos, prepotentes, desleais, traidores, oportunistas, falsos, perseguidores, egoístas e mesquinhos. Vivem de apropriações indébitas e estelionatos. Honra e honestidade é coisa que não conhecem.

Se ele é democrata, seus adversários são autoritários, exercem perseguição política e atos de violência e arbitrariedade. Suas campanhas eleitorais são sórdidas e criminosas. Querem obter voto por meio do dinheiro e da coação do operariado, que é guiado para o pleito como gado manso para o matadouro. Manoel Peixoto baixou um edital em sua fábrica ameaçando os operários de expulsão caso não votem em seus candidatos. “A pobreza ameaçada pela fome, sem conhecimento exato de seus direitos, teve que sofrer as arbitrariedades do regulo que assim atingia aquilo que mais deveria merecer o respeito sagrado: a liberdade do voto.”²¹ Se ele é defensor da lei, seus opositores agem na ilegalidade. Ao contrário dele, são desleais: traíram a Aliança Liberal e a Olegário Maciel, combateram ao lado de Washington Luis, aplaudiram e ajudaram a revolução de São Paulo. Não sabem o que é lealdade política. Têm sido tudo: prestistas, melovianistas, bernardistas, intencionistas, oligaristas,

paulistas, beneditistas, carlistas, oportunistas. “Estão na encruzilhada da política do estado para verem a quem vão aderir.”²² Pedro Dutra lança ainda um desafio: “Manoel Peixoto, apresente a folha de serviços prestados ao partido onde milita há poucos meses (...) Não envergonhes a terra de Astolfo Dutra.”²³

Ele, defensor dos trabalhadores, seus adversários, exploradores dos operários, caudilhos, coronéis, que demitem os operários que não rezam na sua cartilha. Escravizadores que sustentam a pobreza cataguasense. Desrespeitam as leis trabalhistas e os direitos dos trabalhadores. Os operários jamais conheceram um gesto de generosidade por parte de Manoel Peixoto ou mesmo o cumprimento da assistência social.

Mas, o maior ataque de Pedro Dutra aos seus adversários políticos situa-se no campo do público e privado. Enquanto ele é o grande defensor do bem público, seus opositores, numa atitude mesquinha e egoísta, visando apenas seus interesses particulares, solapam o patrimônio público e usurpam os cofres municipais sem cerimônia. Visando apenas caprichos ou interesses pessoais, criam dificuldades e embargos ao bem público. Magnatas, ricos industriais, vivem sob o alento de grandes lucros e criam empecilhos ao progresso que a todos beneficia. Donos de bancos, tiveram oportunidade de auxiliar a lavoura por meio de empréstimos a longo prazo e por juros módicos e nunca o fizeram. Não possuem princípios e são alheios aos interesses da comunhão. Egoístas, giram em torno de seus teares amontoando imensa fortuna. Efetuaram negócios escusos e transações financeiras ilegais e escandalosas com a prefeitura em gestões anteriores, tendo lucro de mais de 50% em prejuízo para os cofres municipais. Sempre instrumentalizaram o poder público para atender aos seus interesses particulares: isenção de impostos, construções e reformas de prédios a seu bel prazer, sem a prévia licença da prefeitura, enfim, utilizaram o poder público em favor de suas ambições privadas para enriquecer ainda mais às custas do erário público municipal. “*Irmãos Peixoto e Cia. gozavam de privilégios e regalias que constituíam uma gritante injustiça aos demais proprietários da cidade, pois não pagavam as taxas d’água e remoção de lixo*

sobre 30 prédios nesta cidade.”²⁴ Pretenciosos homens de negócio, supõem que o seu dinheiro paira sobre os altos interesses do povo. Pedro Dutra, como cumpridor da lei e guardião do patrimônio público, pôs fim a esses privilégios que alguns industriais gozavam. “*Aqui estamos com a lei, a justiça e a moral para impedir o seu avanço ao patrimônio do povo.*”²⁵

A AUTO-REPRESENTAÇÃO

Trabalhador, administrador sério e operoso, realizador, dinâmico, enérgico, empreendedor, animado, patriota, digno, honrado, pacífico, ordeiro, tolerante, democrata, respeitador da lei e do direito. Dono de notável força moral capaz de impor à anarquia a disciplina de seu espírito. É um “novo” homem, de valor puro, inflexibilidade serena e nobre, energia austera e franca. Traz a felicidade perdida a Cataguases. Manoel Peixoto, figura central do movimento que restituiu Cataguases aos dias de paz, ordem e trabalho. Homem de caráter, inteligência lúcida, força de vontade inquebrantável, educado na escola do trabalho, patrimônio moral de nossa terra, devotamento pelo progresso e grandeza do rincão que lhe serviu de berço. “*Sua vida pública e particular constitui uma linha reta entre o dever e a honra.*”²⁶ Irmãos Peixoto: homens de trabalho, que colaboram com a riqueza pública com a atividade de seu esforço, progressistas, família que tem feito a grandeza de Cataguases. Homens bons, criteriosos e honestos na administração pública. Amigos dos operários, seus companheiros de luta. Democratas, garantem a vitória do direito e a implantação da liberdade através de pleitos livres, sem coação ou desordens. São esses alguns dos adjetivos atribuídos a Manoel Peixoto – e seus irmãos – como pessoa, empresário e político.

Todavia, a maior representação criada pelo chefe de si mesmo e que imprimiu-lhe a sua marca – a ele e a sua família – é a de progressista. A imagem do progresso associada ao nome “Peixoto” é uma constante em seus discursos. É ele o grande realizador, o responsável pelo reerguimento da cidade, aquele

que reconstitui as forças e impulsiona o progresso. Dinâmico, revitaliza as energias, desperta e levanta o município, intensifica a produção, edifica e embeleza a cidade, anima o comércio, incrementa a lavoura e a indústria. “*Levemos o município*”. Nasce nova era de esperanças. Trabalhar, realizar, intensificar a produção, edificar, embelezar a cidade, cuidar da lavoura, animar o comércio, incrementar a indústria, zelar pelos distritos. Manoel Peixoto orienta a política municipal com a bússola da ordem e do trabalho, congregando as forças em prol da grandeza e prosperidade do município. Novas construções estão se levantando na cidade, reforma de prédios, fundação de mais um banco, reforma de jardins, concerto de estradas e pontes, construção de escolas rurais. A fé e a esperança renascem nos corações. Cataguases marcha a caminho de sua completa redenção, reabilita-se, reconquistando o renome de altivez. Com ele a cidade reanima e caminha rumo a um futuro de grandeza e prosperidade. “*Trabalhem para frente, para o progresso*” é o seu lema.

Criadores da indústria em Cataguases, os Peixoto alimentam em suas oficinas mais de 500 operários. São os maiores proprietários da cidade, concorrendo para o aformosamento de uma grande cidade mineira. Banqueiros, possuem seus capitais investidos na lavoura. A indústria açucareira da cidade sobrevive às custas de seus esforços.²⁷ Homens de larga visão comercial, multiplicaram os teares, aumentaram a produção, variaram os produtos, conquistaram mercados. Proporcionam trabalho a dezenas de pessoas na cidade e no campo. A sua produção industrial contribui para a proliferação de inúmeras indústrias menores de peças, manutenção e reparos. A grande indústria arrasta outras pequenas. O crescimento industrial contribui ainda para elevar o nível de instrução, desenvolver o comércio, melhorar os transportes, aumentar a renda do município e promover o crescimento do núcleo urbano. “Por sua conta corre 80% da existência dos estabelecimentos de ensino e comércio.”²⁸ Cataguases atinge notável prosperidade.

Há ainda a possibilidade de uma nova fábrica de tecidos. Irmãos Peixoto já estão em entendimento com diretores da sociedade fabril do Rio de Janeiro para instalar a nova fábrica, “*demonstrando seu amor por Cataguases*”.²⁹ A atmosfera é de entusiasmo. O trabalho será abundante: pedreiros, carpinteiros, tecelões... A renda da municipalidade se elevará, permitindo aparelhar-se com mais eficiência para a assistência racional, as lavouras algodoeiras terão mercado seguro. É a fomentação da vida econômica da cidade e região. A contribuição da indústria no desenvolvimento urbano é enorme: é um elemento que agita, renova e cria. Trabalhadores de picareta em punho, felizes, carpinteiros e pedreiros sorridentes levantando novos prédios, reconstruindo ou melhorando os já existentes. “*Homens rudes, no trabalho pesado, mas trabalhando com alegria, cantando o mesmo hino de louvor que todas as classes sociais...*”³⁰ A cidade foi convertida em uma grande oficina de trabalho.

O desenvolvimento econômico de Cataguases se deve aos seus trabalhos e empreendimentos. São eles, a principal alavanca do progresso da cidade, trazendo melhoramentos, empresas e empregos. Empresários, bons administradores, são capazes de “*fazer na administração pública aquilo que eles fizeram na administração de seus bens particulares*.”³¹

Essa imagem de “homens de progresso”, através da qual Manoel Peixoto e seus irmãos se representavam, interveio eficazmente no imaginário coletivo, sendo interiorizada pela população local, que ainda hoje os vê assim: como empreendedores, progressistas e responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Mais uma vez podemos comprovar a força das representações e a sua eficácia sobre o imaginário popular.

A REPRESENTAÇÃO DO “OUTRO”

Em se tratando de uma disputa política e considerando o campo das representações como uma arena privilegiada dessa disputa, Manoel Peixoto

também representa seu adversário como o oposto do que se auto-representa. Pedro Dutra reúne todos os vícios e defeitos de um homem público: ditador, autoritário, ambicioso, impatriótico, demagogo, falso, mentiroso, embromador, enganador, caluniador, ladrão, metido a valente, coronel, descontrolado e louco. É o modelo de como não deve ser um político e administrador. Dono de uma imaginação doentia, saneador da desordem e da anarquia, espalha intrigas e ódios. Inimigo dos pobres, pôs abaixo casas que abrigavam gente humilde, deixando várias famílias desabrigadas e sem teto. Autoritário, ameaça e amedronta seus correligionários e intimida seus eleitores. Não respeita os direitos individuais, nem de propriedade. Exerce perseguição política, usa da violência como um velho oligarca. Não respeita a liberdade de opinião e quer que todos ajam sob a sua batuta. Pratica atos ilegais, passa por cima da lei e do direito, exerce justiça pelas suas próprias mãos. Vive às custas do erário público e nada faz. Usa a lei para satisfazer interesses pessoais e esbanja o dinheiro público sem benefício para o município.

Diz ser amigo dos trabalhadores, mas na verdade espalha a anarquia e a desordem, lançando mão da intriga para indispor a ordeira classe operária contra os patrões. Infiltra na classe trabalhadora o vírus peçonhento da revolta e do despeito, “*ato do comunismo*”.³² Ao invés do trabalho, que honra e dignifica, transformava o trabalhador num mendigo, dando-lhe esmola que humilha, fazendo-lhes favores ilícitos e vexatórios com “*dinheiro tirado criminosamente dos cofres públicos*”.³³ Nada fazia pela massa sofredora, conservando-se inerte e impassível diante dos padecimentos alheios. “*Enquanto não derem publicamente uma demonstração igual à dos donos das indústrias, não retirem seus dinheiros dos bancos para empregá-los em qualquer indústria que venha a acionar o desenvolvimento e a grandeza de Cataguases, os falsos defensores do nosso operariado ficam proibidos de abrir a boca*.”³⁴

Manoel Peixoto retrata seu adversário como símbolo do atraso, tanto econômico quanto político. Representa a “velha politicagem”, utiliza sempre dos

mesmos discursos tentando embromar o povo. Lançou o município numa luta partidária que não girava em torno de idéias, mas de desejo de mando, gerando ódios e inimizades que prejudicam o interesse coletivo. Nada fez de notável no município, pelo contrário, “desgovernou” por longos quatro anos. Foi um “colapso na marcha para o progresso do município”. As construções paralisaram, a fome e a miséria imperavam nos lares sem trabalho. Calamitosos tempos, mas que felizmente, “*graças às forças construtoras do bem, esse colapso passou, desvaneceu-se, eclipsou-se nas brumas do passado.*”³⁵ Agora, afastado do poder, procura lançar a confusão e a discórdia e manter aceso o facho das rivalidades estéreis e improdutivas. Vem por todos os meios tentando perturbar o ambiente de tranquilidade em que vivemos. Vive buscando motivo para entrar a marcha do nosso progresso, tentando ressuscitar um passado morto.

Ao representar o seu adversário como demagogo e ultrapassado, Manoel Peixoto, procurava ridicularizá-lo, satirizando sua figura e associando sua imagem ao “velho”, ao “arcaico”. Pedro Dutra é retratado como o político da “velha república” e representa a velha oligarquia com tudo que há de ruim: caudilhismo, violência, autoritarismo, demagogia... é um político “carcomido”, parado no tempo. No entanto, os tempos são outros, por isso o povo não acredita mais em suas promessas. Está se tornando uma figura ridícula, repetindo sempre o mesmo discurso, que já não convence mais por ser ultrapassado. Já Manoel Peixoto representa o “novo”. É um novo perfil de homem na política: “*uma figura emergiu no tumultuar dos acontecimentos: Manoel Peixoto desconhecia a mentira, a deslealdade, a intriga, a rasteira dos meios políticos.*”³⁶ Como um novo homem na política não conhecia os velhos vícios e defeitos. É a pureza e o frescor do novo, que ainda é imaculado, sem manchas, sem velhos rancores. Não é político por profissão, é empresário e, como tal, quer o progresso e o bem da cidade. Seu discurso sempre opõe o novo ao velho, o progresso ao atraso.

“Cataguases, quem te viu quem te vê. Voltarás a ser a princesa da Mata em curto espaço de tempo. O colapso passou... o sonho mau que tiveste: um pesadelo. Todos precisam colaborar para reerguer o município que ficou esfacelado, endividado, anarquizado, empobrecido. Novo horizonte surgiu, recomeça o ritmo de atividades e trabalho que andava arredio... era a fome que rondava os lares dos operários, agora é a abundância que alegra os tetos dos pobres. Que diferença!”³⁷

É a nova vida, nova mentalidade substituindo a antiga mentalidade, estreita e trulenta.

Podemos perceber nesse discurso um embate característico da “modernidade” com o passado, tido como velho, ultrapassado e que não tem nada para nos ensinar e que deve, portanto, ser esquecido. O homem novo está com os olhos voltados para o futuro. É lá que está o progresso, a vida civilizada, o bem viver e Manoel Peixoto está realizando este futuro agora. Suas indústrias estão proporcionando o progresso e acelerando o desenvolvimento, acelerando a marcha da cidade rumo ao seu inevitável futuro brilhante e promissor.

Nesse embate, Manoel Peixoto procurava ainda desconstruir o discurso de seu adversário, produzindo um contra-discurso, ou melhor, uma contra-representação. Assim, como Pedro Dutra se representava como democrata, liberal, tolerante e protetor dos pobres e trabalhadores, Manoel Peixoto constrói uma contra-representação, retratando-o como autoritário, ditador e inimigo dos pobres. Para rebater as acusações de seu adversário, também produz um contra-discurso. Por exemplo. Como Pedro Dutra enfatiza a exploração dos operários por parte dos industriais, Manoel Peixoto cria e reforça uma imagem de “harmonia” entre as classes sociais. Todos trabalhando lado a lado, unidos e felizes pelo progresso da cidade. É a luta política sendo travada no campo das representações.

Como podemos ver, há muita coisa em comum na imagem que cada um cria de si mesmo e do outro. Ambos se representam como democratas, tolerantes, honestos, trabalhadores, justos, bondosos, dignos e representam seu adversário como o oposto. Todavia, apesar das semelhanças, podemos detectar algumas especificidades nos dois discursos.

A característica mais marcante no discurso de Pedro Dutra é a luta entre o público e o privado. Pedro Dutra se auto-representa como defensor dos interesses públicos e do patrimônio municipal. É o grande guardião dos bens da coletividade. Já o “carro chefe” do discurso de Manoel Peixoto é a imagem do progresso. Ele e seus irmãos são os grandes responsáveis pelo progresso da cidade. Industriais, promovem o emprego e o desenvolvimento do município. Constroem a cidade.

Um outro aspecto que nos chama a atenção nos discursos dos dois chefes é a luta entre “o bem e o mal”. Cada um se auto-representa como a “força do bem” e representa seu adversário como a “força do mal”. É a democracia contra a ditadura, a tolerância contra o autoritarismo, a justiça contra os abusos do poder, a lealdade contra a traição, a lei contra os negócios escusos, o bem coletivo contra o egoísmo individual, a verdade contra a mentira, o progresso contra o atraso, a bondade contra a maldade. A disputa no campo das representações é a luta do bem contra o mal. Isso repercute de maneira muito forte no imaginário coletivo. A evocação de imagens do sagrado, como bem e mal e de valores universais, como justiça, fraternidade, igualdade, liberdade, atinge diretamente o coração e a sensibilidade das pessoas, possibilitando aos criadores das representações – no nosso caso, os dois chefes políticos em disputa – conduzir a população para o fim almejado, orientando seus sentimentos e emoções. Aliás, é exatamente aí que reside a força das representações e do imaginário. Mirabeau já dizia que o povo é guiado por “*objetos imponentes, imagens chamativas, grandes espetáculos, emoções fortes*”³⁸ e aconselhava que o poder deveria se apropriar da imaginação coletiva para guiar as massas. O controle do imaginário e de suas

representações permite aos donos do poder influenciar o comportamento das multidões, modelando-as de acordo com os resultados desejados, capturar e canalizar suas energias, orientar seus medos, desejos e esperanças e arrastar “*os indivíduos para uma ação comum.*”³⁹ É justamente essa sua capacidade de mobilização que atrai o poder. Por isso o imaginário é objeto de disputa política. E, segundo Baczko, o imaginário social se torna inteligível e comunicável pela produção de “discursos” através dos quais se efetuam as representações.

Assim, num cenário de disputa política temos, por um lado, a exaltação do chefe através de representações engrandecedoras e por outro lado, a desvalorização do adversário, através de representações negativas e deslegitimadoras. Ou seja, para combater o adversário, além de representá-lo com imagens “negativas”, é necessário colocar em “xeque” a sua legitimidade, questioná-la, invalidá-la para corroer a base sustentatória de seu poder, construir uma contra-representação, uma outra legitimidade. É o que podemos verificar nos discursos de Pedro Dutra e Manoel Peixoto, quando se dá o enfrentamento político no campo das representações.

A REPRESENTAÇÃO E O “REAL”

Assistimos atualmente uma grande discussão em torno do conceito de representação e sua ligação com o real. Para os autores modernos existe um mundo real e é possível representá-lo e essa representação deve estar o mais próximo possível do real. Já para os autores ditos “pós-modernos”, o real não existe enquanto tal; são as representações e o imaginário que definem o que é real. Assim, o discurso não é o real refletido na linguagem, pelo contrário, é o discurso que constitui o que é real.

No nosso caso, entendemos que não há como desvincular representação e realidade. Sabemos que a representação não é uma cópia perfeita do real, que ela possui uma forte carga imaginária, contudo, ela é construída a partir do real. Podemos constatar isso no

nosso objeto de estudo. A representação que cada um dos atores faz de si mesmo, não é algo que lhe é totalmente alheio e adverso, pelo contrário, encontramos pontos de coincidência entre o discurso e sua vivência social. Vejamos: Pedro Dutra se auto-representa como protetor dos mais humildes, defensor da lei e da “coisa pública”, do bem comum acima dos interesses privados. Se olharmos para sua trajetória de vida, veremos que não se trata de uma “fantasmagoria”, de um discurso que lhe é totalmente estranho.

Filho de Astolfo Dutra Nicácio, político atuante na Primeira República brasileira, Pedro Dutra certamente aprendeu muito com o pai e, através desse convívio, pode dar os primeiros passos na arte da política. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1921 e logo depois ingressou na vida política como vereador. Elegeu-se deputado estadual, deputado federal e foi nomeado presidente de diretório do partido. A política era sua grande paixão. Foi político a vida inteira. Político e advogado. Aliás, as duas funções pareciam misturar-se. As causas que defendia em ambas eram basicamente as mesmas. Como advogado, empenhava-se tanto na defesa dos direitos mais simples como nas causas mais complexas. Segundo relato de pessoas que o conheceram, atendia igualmente a todos em seu escritório, sem distinção social. Não recusava causas de pessoas mais simples e de baixo poder aquisitivo, pelo contrário, propunha inúmeras reclamações trabalhistas, exigindo o cumprimento da Legislação do Trabalho, quando esta entrou em vigor. Quando estourou o golpe militar em 1964, impetrou diversos habeas-corpus em favor de presos políticos.

Sua atuação como deputado federal na Constituinte de 1946 não foi diferente: apresentou várias emendas de cunho social ao projeto. Numa emenda ao artigo 164, parágrafo 24, propunha a participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas nunca inferior a 30% e justificava como sendo uma “*questão de ordem, justiça e tranqüilidade social*”.⁴⁰ Numa outra emenda ao referido artigo, propunha assistência ao trabalhador: dentista, médica,

farmacêutica, sanitária e hospitalar; a crianças e gestantes e direito ao descanso antes e depois do parto e determinava 10% do lucro anual da empresa para esse fim, que pertenceria ao fundo social das empresas de cada município.

Além das questões sociais, podemos observar através das emendas que o deputado apresenta ao projeto da Constituição de 1946, a preocupação com a “coisa pública”. Ao artigo 159, ele propõe, no parágrafo 43, a diferenciação de “bens do patrimônio do poder público” e “bens pertencentes ao povo em geral e a ninguém em particular”. Ambos sendo administrados pelos chefes executivos, sendo que os primeiros podem ou não ser alienados, e os segundos em hipótese alguma são objetos de negociação.

Já destacamos a ênfase que o Pedro Dutra dava à defesa do bem público e dos interesses coletivos. Percebemos aqui a influência de toda uma formação familiar e intelectual voltada para a política e para o trato com a “coisa pública”. Uma formação cívica nos moldes de uma cultura política republicana, que o acompanhou durante toda a sua trajetória, desde os tempos de acadêmico.

COMENTÁRIOS FINAIS

Chamamos de cultura política um conjunto de atitudes, normas, valores, crenças, linguagem e imaginário, partilhados por determinado grupo e que tem como objeto os fenômenos políticos. Numa mesma sociedade, ou no interior de uma nação, podemos encontrar uma pluralidade de culturas políticas, sendo que uma pode exercer hegemonia sobre as demais. Assim, na primeira metade do século XX, a cultura política republicana, cuja origem remonta a Filosofia das Luzes e os ideais da Revolução Francesa de 1789, desempenhou um papel preponderante.⁴¹ São justamente temas como liberdade, justiça, bem público e virtudes cívicas que alimentam os debates de autores ligados ao pensamento republicano.

A tradição republicana privilegia a idéia do público e do bem coletivo sobre os interesses privados.

Alimenta a prática de virtudes cívicas, isto é, ligadas à vida da cidade, espaço comum de convivência que permite aos cidadãos desenvolver todas as suas capacidades, como dizia Aristóteles. É o regime de homens livres que, independentes de sua posição social e econômica, têm como objetivo o bem comum. Para isso, é preciso que cada um modere suas paixões e seus interesses, subordinando-os a um interesse comum e superior: a existência da polis, da vida política integradora de todos os cidadãos. *“Modera-se então a riqueza de uns e limita-se a independência de outros para que a polis possa existir e cada um viver, segundo seus interesses, o melhor possível.”*⁴²

Isso quer dizer que acima dos interesses particulares existem valores maiores que devem pautar a vida dos cidadãos e, por outro lado, é a vida na polis que permite a realização dos interesses privados. Daí, conforme ressalta CARDOSO, o caráter balizador do regime republicano, equalizando o espaço comum, independente das diferenças econômicas e sociais.

Portanto, virtude para os antigos, passa pela idéia de abnegação: “a república tem no seu âmago uma disposição ao sacrifício, proclamando a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular”.⁴³ Conforme salienta RIBEIRO, a idéia de dever está enraizada na temática republicana. Dever este que se estende a todos: a quem manda e a quem obedece. Isto significa que numa república quem faz a lei deve obedecer a ela. Talvez por isso a república seja também definida como o regime das leis e das instituições.

No nosso entender, ao longo de sua trajetória acadêmica e política, Pedro Dutra alimentou-se de uma cultura republicana, o que fica visível na sua prática política enquanto prefeito, deputado e chefe partidário. Como prefeito e chefe local sempre advogou em favor do bem público e dos interesses da coletividade, entrando, muitas vezes, em confronto com interesses particulares, como demonstram os dois processos cívicos já mencionados aqui⁴⁴ e, como deputado, sua conduta não foi diferente legislando em prol da causa pública.

Pelo que foi exposto aqui, podemos constatar uma coerência na sua prática profissional como advogado e político, e esta não destoa de seu discurso sinalizando para uma correspondência entre a representação que fazia de si mesmo e a sua vivência social.

A história de vida de Manoel Peixoto difere bem da do seu opositor. Não frequentou curso superior, fez os cursos primário e secundário na própria cidade e começou cedo o trabalho na fábrica, aos 16 anos. Quando seu pai morreu, estava com apenas 18 anos e teve que assumir a empresa, juntamente com seus irmãos. Homem prático e objetivo, fez crescer a fábrica – Indústria Irmãos Peixoto – que se tornou o núcleo de suas empresas.

Através de investimentos da pequena empresa, outras indústrias foram sendo criadas: Companhia Industrial Cataguases, Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão, Companhia Mineira de Papéis e Indústrias Químicas Cataguases Ltda. Manoel Peixoto foi diretor-presidente de todas elas, com exceção da primeira. Espírito empreendedor, “fêz-se” através de seu trabalho e acumulou capital com seus negócios. Capital este investido em mais indústrias. Não se via como “explorador de mão-de-obra”, como o retratava seu opositor, mas como alguém que dava emprego, dinamizava a economia e investia seus lucros em benefício da cidade, trazendo-lhes inúmeras melhorias.

Encontramos aí um elemento do pensamento liberal clássico: o lucro do capitalista é benéfico, pois se torna capital, sendo investido para gerar mais empregos e dinamizar a economia proporcionando melhorias para toda a sociedade. Ao Estado não cabe interferir nos negócios, mas zelar pela ordem interna, proteger a propriedade privada e garantir o cumprimento da lei (ou dos contratos). Para Adam Smith, considerado por muitos, o “pai do liberalismo clássico”, o interesse privado era um meio de assegurar ao homem o progresso geral da riqueza. Isso porque, ao buscar a satisfação de seu interesse particular, o indivíduo acaba atendendo ao interesse da sociedade como um todo. Assim, o melhor é conceder plena liberdade de ação aos interesses privados. Com isso, as funções de

Estado devem ser reduzidas. Em sua obra, “Riqueza das Nações”, Smith afirma que ao Estado caberiam três funções: manter a paz, impostos módicos e uma tolerável administração da justiça. Tendo isso, tudo o mais viria com o decurso natural das coisas. São as leis naturais do mercado. É a liberdade que gera o bom preço, o aumento da produção e a riqueza da nação.

Portanto, a política mais favorável à economia, é a liberdade. Manoel Peixoto, como industrial que era, filiava-se a essa corrente de pensamento e, como político, engrossava os quadros da UDN. Devemos lembrar que o liberalismo sempre foi o ponto de referência do udenismo. O partido sempre se apresentou como o legítimo herdeiro da tradição liberal no Brasil. Portanto, o fato de Manoel Peixoto ser industrial e filiado a UDN, não é uma simples coincidência: há uma cultura liberal permeando sua prática política.

Manoel Peixoto elegeu-se deputado estadual em 1934, deputado federal em 1954 e chefiou a oposição local. Não era um político de profissão, nem tinha a oratória de seu adversário. Era acima de tudo um empresário. Um empresário na política.

Vimos que Manoel Peixoto se auto-representava como homem do trabalho e do progresso, responsável pelo desenvolvimento econômico da cidade. Assim como no caso do seu opositor, sua trajetória e vivência social não destoam muito da representação que construía de si mesmo.

Ao tentar traçar um perfil dos dois chefes, mostrando um pouco de suas trajetórias de vida, não pretendemos lançar mão de um simples determinismo e afirmar que o meio tenha protegido o indivíduo. Contudo, não podemos também cair num outro extremo e simplesmente ignorar as condições sociais, uma vez que o homem é um ser histórico e não faz sentido tentar compreendê-lo fora de seu tempo e de sua vivência social. O propósito dessa ligeira exposição é demonstrar a vinculação que há entre as representações e o real; entre a representação e as práticas sociais.

Como podemos observar, as representações que cada um criava de si mesmo não surgiam do “nada”,

estavam vinculadas às suas idéias e convicções e às suas práticas sociais. Mas, por outro lado, há também uma construção. Essas imagens foram construídas pelos dois chefes e construídas num contexto de disputa política acirrada. Portanto, não podem ser vistas também como simplesmente um reflexo ingênuo do real. Havia uma briga pelo poder e isso não pode ser esquecido ou desprezado. As representações que cada um fazia de si mesmo e do outro foram criadas tendo em vista um fim, que é a conquista do poder. Assim essas imagens foram cuidadosamente elaboradas, trabalhadas e, uma vez criadas, foram amplamente exploradas pelos dois chefes.

Podemos dizer que houve uma instrumentalização das representações, uma vez que elas foram utilizadas como ferramentas eficientes e eficazes na disputa pelo poder. Já destacamos a importância do componente simbólico que há nas representações. Os dois contendores com certeza souberam explorar bem o imaginário e os símbolos em seus discursos apelando para os sentimentos e as emoções da população. Souberam explorar ao máximo essas imagens para mobilizar o povo e conduzi-lo de acordo com seus interesses políticos. Aliás, é exatamente aí que reside a força política das representações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, B. Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. Vol.5. (Anthropos-Homem)
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J.P. & SIRINELLI, J.F. (org). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BIGNOTTO, N. (org) Pensar a República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- FALCON, F. História e representação. In: CARDOSO, C. & MALERBA, J. Representação: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.
- GIRARDET, R. Mitos e Mitologias Políticas. SP: Cia. das Letras, 1987.
- HUNT, L. A nova história cultural. SP: Martins Fontes, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. X Encontro Regional de História – ANPUH/MG. Juiz de Fora. Revista de História n.6, 1996.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

NOTAS

- ¹ *Jornal Cataguases* (períodos de 1930 a 1950) e Processos Criminais e Cíveis. Centro de Documentação Histórica. CDH
- ² FALCON, F. História e representação. In: CARDOSO, C. e MALERBA, J. Representação: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.p. 45.
- ³ PESAVENTO, S. *História e História Cultural*. BH: Autêntica, 2003. p. 40.
- ⁴ Idem. P.41.
- ⁵ MOTTA, R. A história política e o conceito de cultura política. X Encontro Regional de História ANPUH-MG. Revista de História nº 6, 1996. p.88
- ⁶ BACZKO, B. Imaginação Social, In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, 1985. Vol 5 (Anthropos Homem) p. 309
- ⁷ PESAVENTO, S. Op.cit. p. 41-42.
- ⁸ WEBER, M. apud BACZKO, B. op.cit. p. 307.
- ⁹ HUNT, L. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, L. A nova história cultural. SP: Martins Fontes, 1992. p.22
- ¹⁰ *Jornal Cataguases*, 05/03/1933.
- ¹¹ *Jornal Cataguases*, 09/04/1933.
- ¹² *Jornal Cataguases*, 09/04/1933.
- ¹³ *Jornal Cataguases*, 12/08/1933
- ¹⁴ *Jornal Cataguases*, 15/08/1931
- ¹⁵ *Jornal Cataguases*, 20/06/1931.
- ¹⁶ Ação Possessória, 1931. Autor: Domingos F. Tostes. CDH
- ¹⁷ Ação Possessória, 1932. Autor: Irmãos Peixoto. CDH
- ¹⁸ Artigo 12, do Decreto Estadual nº 9.847. In: Processo Cível, 1932. p. 149.
- ¹⁹ GIRARDET, Raul. *Mitos e Mitologias Políticas*. SP: Cia. das Letras, 1987. p. 17.
- ²⁰ Temos como exemplo o caso do “tiroteio na rádio”, que ainda hoje é lembrado pelo povo e muitas vezes contado de forma pitoresca e enaltecendo a “coragem” de Pedro Dutra ao

enfrentar os policiais e seus adversários. É claro que essa imagem é retratada pelos seus partidários. Seus opositores, obviamente, viam-no e retratavam-no com imagens opostas. Aliás, segundo Girardet, o mito político tem uma natureza polimorfa e ambivalente.

- ²¹ *Jornal Cataguases*, 07/10/1934.
- ²² *Jornal Cataguases*, 05/08/1934.
- ²³ *Jornal Cataguases*, 07/10/1934.
- ²⁴ Processo de Ação Possessória, 1932. p. 189
- ²⁵ Processo de Ação Possessória, 1932. p. 182.
- ²⁶ *Jornal Cataguases*, 28/01/1937.
- ²⁷ Cf. Processo Ação Possessória, 1932. p.211.
- ²⁸ *Jornal Cataguases*, 02/08/1936.
- ²⁹ *Jornal Cataguases*, 02/08/1936.
- ³⁰ *Jornal Cataguases*, 27/09/1936.
- ³¹ Processo Crime, 1948. p. 98
- ³² *Jornal Cataguases*, 29/11/1936.
- ³³ *Jornal Cataguases*, 29/11/1936.
- ³⁴ *Jornal Cataguases*, 29/11/1936.
- ³⁵ *Jornal Cataguases*, 14/06/1936
- ³⁶ *Jornal Cataguases*, 27/09/1936.
- ³⁷ *Jornal Cataguases*, 22/11/1936.
- ³⁸ BACZKO, B. Op. cit. P. 302
- ³⁹ Idem. P. 311.
- ⁴⁰ Emendas apresentadas por Pedro Dutra ao projeto da Constituição de 1946. CDH
- ⁴¹ Cf. BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, J.P. & SIRINELLI, J.F. (org) Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 13-36.
- ⁴² CARDOSO, Sérgio. “Que república?” In: BIGNOTTO, N.(org.) Pensar a República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ⁴³ RIBEIRO, R. J. “Democracia versus República” In: BIGNOTTO, N. op. cit. p.18.
- ⁴⁴ Ações Possessórias: 1931, autor: Domingos Tostes e 1932, autor: Irmãos Peixoto.

Recebido em 05/02/2006

Aprovado em 28/03/2006
